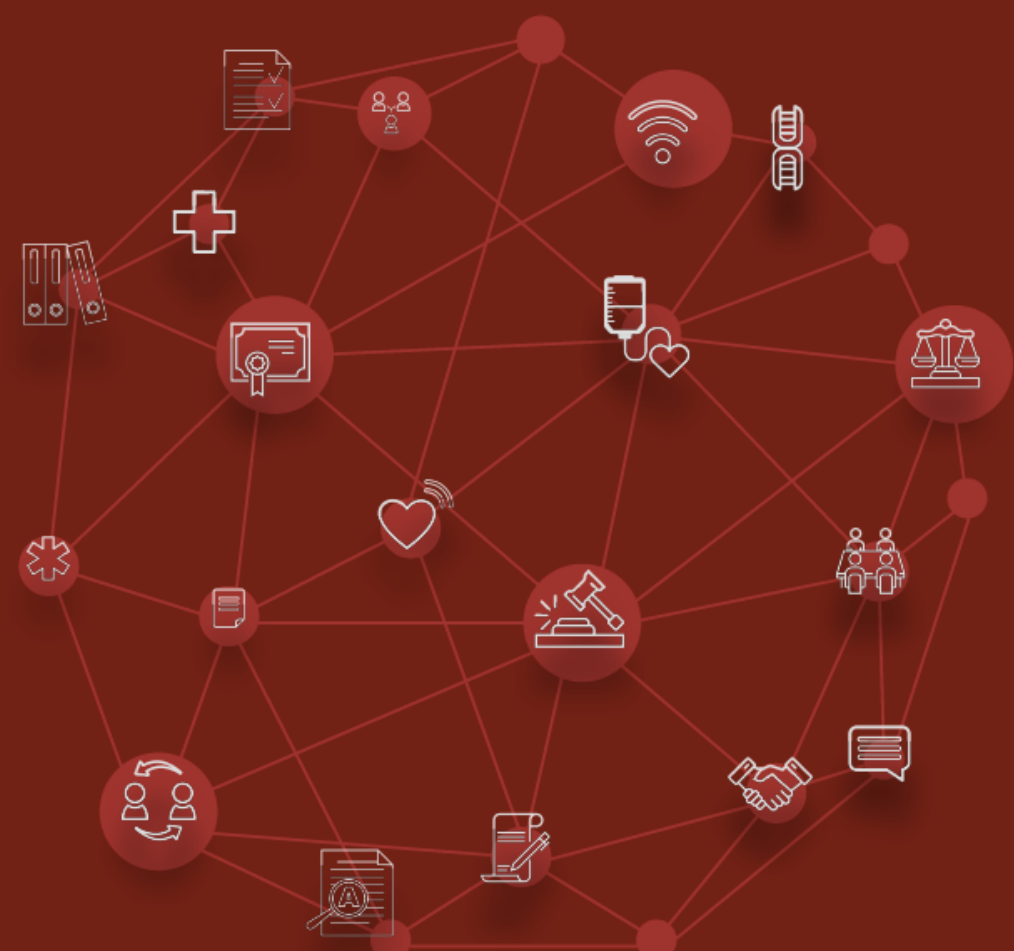


## UNIDADE NORMATIVA EM SAÚDE: norma e tecnologia a serviço da saúde



### INTRODUÇÃO

O constitucionalismo contemporâneo tem sua edificação a partir do advento do Estado Social com as Constituições do México 1917 e Weimar 1919, modificando paradigmas, fazendo com que as constituições se convertam no estatuto fundamental do Estado e da sociedade (BARROSO, 2007). Nesse cenário, a valorização do papel dos princípios constitucionais promovem a incorporação à ordem jurídica dos mais importantes valores humanitários, tais como a dignidade da pessoa humana, promovendo a reaproximação entre as esferas do direito e da moral, infundindo conteúdo ético ao ordenamento (CANUT; CADEMARTORI, 2011). No Brasil, esse processo se intensifica a partir da Constituição de 1988. Um dos mecanismos da constitucionalização do direito é a interpretação conforme a Constituição, que, além de princípio hermenêutico, traduz técnica de decisão amplamente empregada na jurisdição constitucional. Esse cenário axiológico e de valorização dos princípios, diante da inefetividade das políticas públicas em saúde, ensejam a acionabilidade do direito à saúde, fazendo com que se delineie o fenômeno da judicialização da saúde no Brasil (BUCCI, 2017).

### OBJETIVOS

Analisar a doutrina neoconstitucionalista a partir da axiologia do direito fundamental à saúde, relacionando-a com a evolução das demandas judiciais em matéria de saúde no Brasil e a efetivação desse direito pelo Poder Judiciário a partir da base de dados do Conselho Nacional de Justiça.

### METODOLOGIA

A partir da revisão bibliográfica sobre acerca da efetivação dos direitos sociais, se analisou, a previsão do direito à saúde enquanto direito humano e a sua perspectiva na doutrina neoconstitucional existente como fundamento de efetivação e de decisões judiciais. O Conselho Nacional de Justiça possui dados concretos relacionados à evolução da acionabilidade do direito à saúde em todo território nacional. Por meio dos dados existentes no DataJud – Base Nacional de dados do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 331/2020 - foi possível relacionar a teoria neoconstitucional e a sua aplicabilidade por meio do ativismo judicial em matéria de saúde, verificando-se no limiar histórico entre as demandas ajuizadas entre 2014 e 2023.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exigibilidade judicial de prestações materiais em saúde deve ser analisada de forma cautelosa nos debates neoconstitucionalistas. A Constituição de 1988 emerge como documento basilar para a institucionalização dos direitos humanos e, ao incluir o direito à saúde dentre os direitos sociais, impulsiona a proteção à saúde no Brasil. Nesse contexto, a inefetividade de políticas públicas em saúde faz emergir a acionabilidade desse direito, ocorrendo o fenômeno denominado judicialização da saúde. O recorte temporal, apesar de recente, evidencia a busca pela satisfação judicial do direito à saúde expressos nos números obtidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Pelos dados que fundamentam o estudo, observa-se o crescente aumento nas demandas judiciais entre os anos de 2014 e 2022. Dentre os casos judicializados, os dados evidenciaram que o Fornecimento de Medicamentos é o assunto de maior litigiosidade.

# NEOCONSTITUCIONALISMO E JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Rafael Teixeira Sebastiani; rafaelts@usp.br;  
Rogério Nogueira de Oliveira.

Figura 1 – Ligiosidade por tipo de demanda. Processos Julgados.

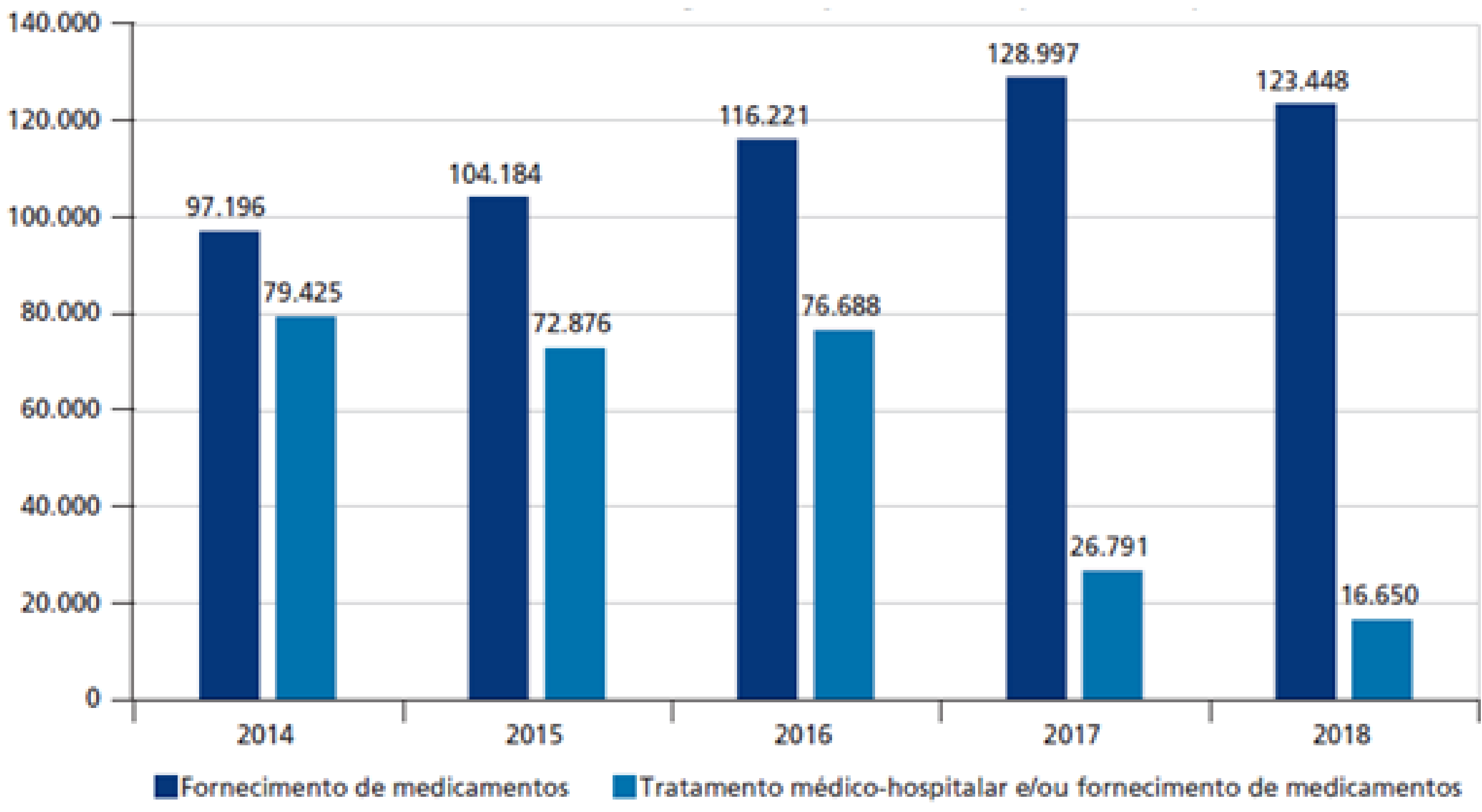


Figura 2 – Ligiosidade por tipo de demanda. Processos Julgados.

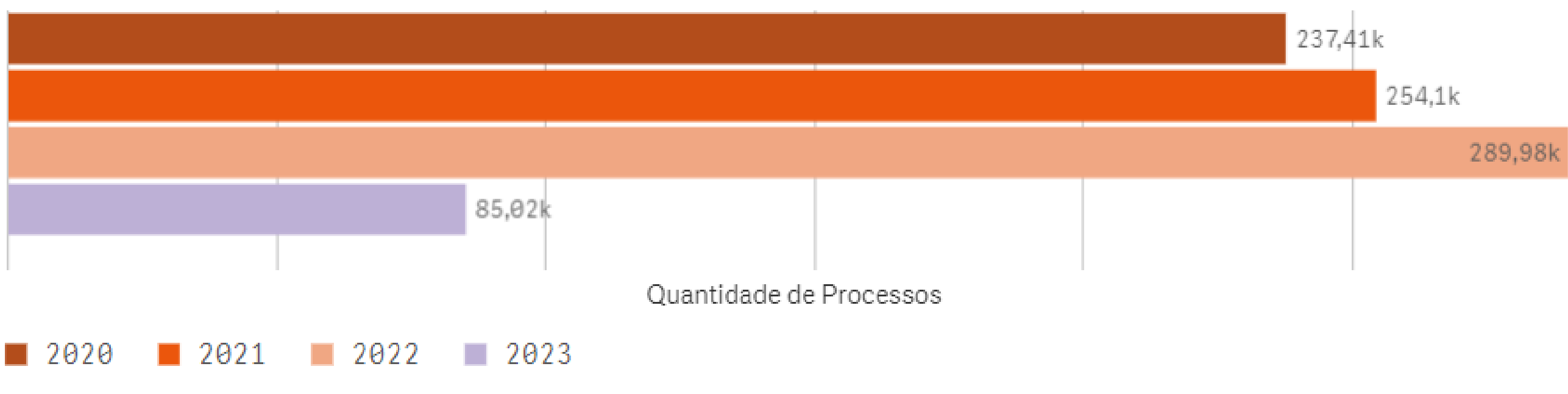
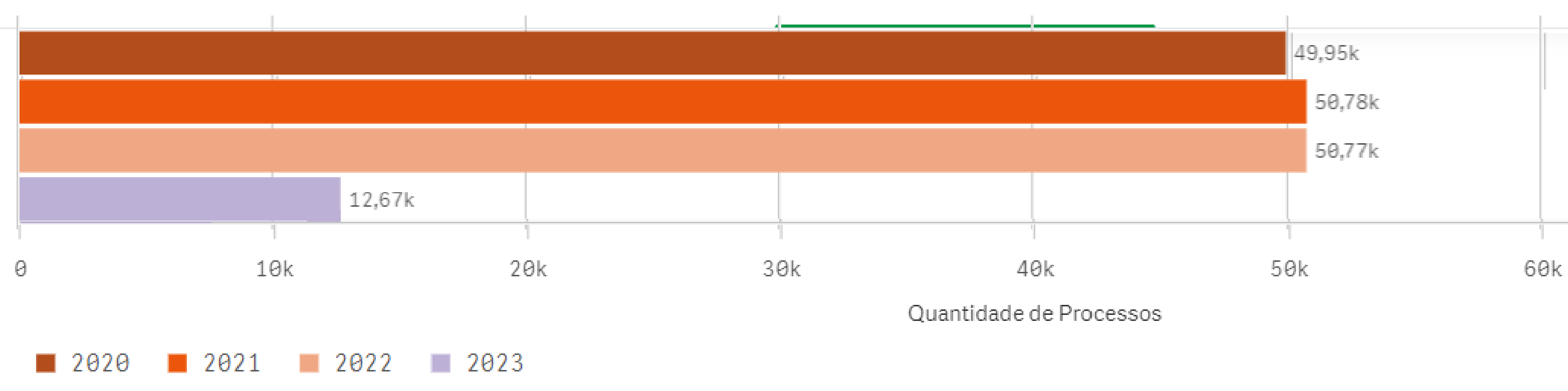


Figura 3 – Litigiosidade por Assunto. Fornecimento de Medicamentos.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça. Estatísticas Processuais do Direito à Saúde. DataJud – Base Nacional de dados do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 331/2020.

### CONCLUSÃO

A acionabilidade do direito fundamental à saúde, é traço característico do cenário democrático e constitucional instituído a partir de 1988, fazendo com que o Poder Judiciário seja instado a se manifestar e decidir sobre a efetivação deste direito nos casos em que as políticas públicas instituídas pelo Poder Executivo se mostrem ineficazes, fazendo com que, a partir dessa perspectiva neoconstitucional, exsurja o fenômeno da Judicialização da Saúde, com destaque para o fornecimento de medicamentos, no contexto jurídico e judiciário brasileiro.

### REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. In: Boletim de Direito Administrativo, São Paulo, ano 23, n. 1. jan. 2007.

BUCCI, Maria Paula Dallari; DUARTE, Clarice Seixas. Judicialização da Saúde: a visão do poder executivo. São Paulo: Saraiva, 2017.

CANUT, L., & CADEMARTORI, S. (2011). Neoconstitucionalismo e direito à saúde: algumas cautelas para a análise da exigibilidade judicial. Revista De Direito Sanitário, 12(1), 9-40.







